

# Artigo 114 Código Penal Comentado: Entendendo a Prescrição da Multa

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | dezembro 26, 2024



O Artigo 114 do Código Penal é um tema crucial para todos que se interessam por direito penal. Ele trata da prescrição da pena de multa, um assunto que muitas vezes é envolvido em complexidade e requer uma análise cuidadosa para ser verdadeiramente compreendido. **A prescrição para a pena de multa ocorrerá em dois anos quando a multa for a única pena cominada ou aplicada, mas os prazos podem mudar se a multa for aplicada juntamente com uma pena de detenção.** Isso faz com que a leitura do artigo e seu comentário seja essencial, não só para acadêmicos, mas também para juristas interessados em suas implicações práticas.

A história e o desenvolvimento do Artigo 114 revelam nuances que vão além de seu texto literal. A interpretação e aplicação dessa norma podem ter impactos significativos no campo do direito penal e na prática jurídica como um todo. Este artigo busca esclarecer essas nuances, contextualizando o leitor dentro do cenário legislativo e jurídico atual.

## Pontos Importantes

- A prescrição da multa conforme o Artigo 114 leva dois anos em casos de multa única.
- As nuances e impactos do artigo são essenciais para a

prática jurídica.

- A extração e interpretação dos aspectos históricos e normativos são fundamentais.

## Contexto Histórico do Artigo 114 do Código Penal



O **Artigo 114 do Código Penal** brasileiro foi alterado pela Lei nº 9.268 de 1996. Essa legislação introduziu normas específicas para a prescrição da pena de multa, respondendo a uma necessidade de uniformização e clareza no tratamento jurídico das penalidades financeiras em processos penais.

Anteriormente, a legislação não especificava com clareza o prazo de prescrição para multas de forma exclusiva, o que gerava dúvidas e interpretações variadas nos tribunais. A partir da mudança, estabeleceu-se que a prescrição ocorreria em dois anos quando a multa fosse a única penalidade aplicada.

Além disso, para casos em que a multa é aplicada em conjunto com penas privativas de liberdade, o prazo de prescrição da multa passou a seguir o mesmo prazo da pena privativa de

liberdade associada. Esta abordagem reconhece a relevância das penas monetárias e busca harmonizá-las com as demais sanções penais.

Essas modificações visam assegurar que penas de multa sejam eficientes e praticáveis dentro do sistema de justiça. Ao definir regras claras, garantiu-se uma melhor aplicação legislativa e uma administração mais justa das punições penais.

Essas alterações refletem esforços legislativos de ajustar normas às necessidades práticas do sistema jurídico brasileiro, visando um tratamento equitativo e claro das condutas ilícitas e suas sanções. Essas mudanças trouxeram melhorias significativas na coerência legal e no entendimento sobre a prescrição de penas de multa.

## **Estrutura Normativa**

No direito penal brasileiro, a prescrição da pena de multa é regulada por estruturas normativas específicas que definem prazos conforme o tipo de pena. Essas normas determinam o tempo adequado para a aplicação ou execução das penalidades, atuando como garantia de direitos dos condenados.

## **Aspectos Gerais da Prescrição**

A prescrição da pena de multa no Brasil é estruturada no [Artigo 114 do Código Penal](#). Esta norma estabelece prazos específicos: dois anos para multas aplicadas isoladamente e prazos idênticos aos da pena privativa de liberdade para as multas que são alternativas ou cumulativas. A prescrição serve como um mecanismo jurídico para promover a segurança e a estabilidade jurídica, assegurando que penalidades não sejam aplicadas indefinidamente. Ela evita que a pena de multa permaneça passível de execução após decorrido um tempo considerável desde a sentença, equilibrando a eficácia das penalidades com a proteção dos direitos fundamentais.

# Características da Multa no Direito Penal

A multa no contexto penal brasileiro é uma sanção que pode ser única, alternativa ou cumulada com a pena privativa de liberdade. Segundo o [Artigo 114 do Código Penal](#), a execução da pena de multa está sujeita a prazos prescricionais que variam conforme sua aplicação. Quando aplicada isoladamente, a multa prescreve em dois anos; se aplicada junto com penas privativas de liberdade, o mesmo prazo destas se aplica. Esta estruturação busca garantir que a imposição de multas seja eficaz e alinhada com os princípios do direito penal, servindo tanto como medida punitiva quanto dissuasória.

## Análise da Prescrição da Multa

A prescrição da pena de multa no Código Penal brasileiro versa sobre os prazos e condições sob os quais o Estado pode exigir a execução de sanções pecuniárias. Elementos jurídicos fundamentais e os períodos de prescrição são cruciais para compreender essa área do direito penal.

## Fundamentos Jurídicos

A prescrição da multa está definida no [artigo 114 do Código Penal](#). Este artigo estabelece duas situações distintas. Primeiro, destaca que a prescrição ocorrerá em dois anos quando a multa for a única sanção aplicada. Segundo, a prescrição segue o mesmo prazo das penas privativas de liberdade quando aplicada juntamente com outras sanções.

Esses fundamentos são essenciais, pois garantem que a penalidade não possa ser executada indefinidamente, preservando princípios de certeza e segurança jurídica. As decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre esse tema confirmam a importância desses fundamentos. A análise cuidadosa dessas disposições ajuda a garantir o equilíbrio entre a punição e os direitos legais dos condenados.

## Prazos Prescricionais

Os prazos prescricionais para a pena de multa são criteriosamente definidos. Quando a multa é a única pena, a prescrição ocorre em dois anos. O [Superior Tribunal de Justiça](#) frequentemente analisa casos para assegurar a correta aplicação desses prazos.

Com penas adicionais, os prazos seguem aqueles das penas mais severas. Isso reflete um alinhamento com a estrutura geral do direito penal brasileiro. Considerar esses prazos é fundamental para advogados e magistrados ao avaliar a capacidade do Estado de impor multas, garantindo que as sanções sejam aplicadas de forma justa e dentro dos limites legais estabelecidos.

## Aplicação Prática do Artigo 114



O Artigo 114 do Código Penal Brasileiro regula a prescrição da pena de multa. A aplicação prática deste artigo é melhor compreendida por meio de análises de jurisprudências e de casos emblemáticos que exemplificam como essa prescrição é efetivamente aplicada.



## Jurisprudência Pertinente

Diversas decisões judiciais têm se baseado no Artigo 114 para determinar o prazo de prescrição de multas penais. Por exemplo, o artigo estabelece que a prescrição ocorre em dois anos quando a multa é a única pena aplicada, seguindo as diretrizes do [Código Penal](#). Além disso, quando a multa é cumulativa à pena privativa de liberdade, o prazo de prescrição segue o tempo desta última, conforme discutido em [jurisprudências](#). Essa aplicação prática é crucial para garantir que as penas sejam cumpridas de forma eficiente e dentro dos limites legais.

## Casos Emblemáticos

Alguns casos do passado ilustram a importância do Artigo 114 na definição prática de penas. Em certas condenações onde a multa foi a única punição, a prescrição efetivamente ocorreu no prazo bienal mencionado no código. Por outro lado, casos onde houve uma combinação de multa e pena de reclusão mostraram a flexibilização do prazo de prescrição, alinhando-se à duração da pena mais severa, conforme estabelecido pelo [princípio da especialidade](#). Estes exemplos são valiosos para entender como o sistema penal brasileiro utiliza as disposições legais para administrar a justiça.

## Questões Processuais da Prescrição

As questões processuais ligadas à prescrição têm nuances importantes que devem ser entendidas em cada fase do processo penal. É essencial diferenciar as implicações na fase de conhecimento e na fase de execução.

### Fase de Conhecimento

Na fase de conhecimento, a prescrição atua diretamente sobre o tempo necessário para que o Estado julgue e condene um

indivíduo. O prazo prescricional é calculado com base na pena máxima prevista para o crime. De acordo com o artigo 109 do Código Penal, o tempo varia. Por exemplo, enquanto crimes com pena superior a 12 anos prescrevem em 20 anos, penas mais leves têm prazos mais curtos. Durante essa fase, interrupções e suspensões podem ocorrer por razões como recursos ou incidentes processuais, influenciando o prazo prescricional.

Estratégias judiciais podem ser desenvolvidas para acelerar ou retardar o processo. Advogados devem estar atentos às interrupções, pois decisões judiciais podem prolongar o prazo, alterando o desenrolar do processo. O acompanhamento cuidadoso das datas de prescrição é crucial para assegurar a não extinção da punibilidade antes do trânsito em julgado da sentença.

## **Fase de Execução**

Na fase de execução, a prescrição se refere ao tempo que o Estado tem para executar a pena após a condenação. O prazo prescricional é calculado com base na pena definitivamente aplicada. Nessa fase, são especialmente relevantes os casos de condenações a penas restritivas de direitos ou penas de multa, como mencionado em fontes como as [questões de Direito Penal](#).

Na fase de execução, a interrupção da prescrição pode ocorrer com o início ou suspensão do cumprimento da pena. Outras causas de interrupção incluem a fuga do apenado ou o fato de ele praticar novo crime. Evidenciar essas condições é essencial para advogados defensores e promotores, garantindo que a pena seja devidamente executada conforme as normas legais.

## **Impactos no Direito Penal e**

# Criminologia

**Artigo 114** do Código Penal trata da prescrição da multa, e isso tem implicações significativas no campo do Direito Penal. A prescrição de penas influencia a eficácia das sentenças, pois estabelece um limite de tempo para a execução das multas após uma condenação.

O impacto nas práticas de **criminologia** se observa na análise de reincidência e prevenção. Quando multas não são pagas ou caducam, pode-se questionar o efeito dissuasivo da punição. Este artigo assegura que penalidades financeiras se tornem efetivas apenas dentro de períodos específicos.

Aspecto	Impacto
Efetividade das penas	Diminuição do efeito dissuasivo sem cumprimento
Tempo de execução	Limita ações da Fazenda Pública

A Lei 9.268/96 alterou a forma de entender a multa como uma [dívida de valor](#), impactando assim a administração de penas. O reconhecimento dessa dívida no Direito Penal incentiva a aplicação de políticas públicas eficazes na recuperação de créditos judiciais.

Essas mudanças também tocam em questões de justiça e equidade, assegurando que o Estado busque a execução de multas dentro de um tempo razoável para evitar injustiças. Portanto, o Artigo 114 exerce influência crucial sobre como as multas são geridas no sistema penal brasileiro.

## Comentários Finais e Perspectivas Futuras





A prescrição da multa no **Código Penal Brasileiro**, conforme o [Artigo 114](#), é um tema crucial para o direito penal. Considerar o prazo de dois anos quando a multa é a única pena aplicada ressalta a importância de prazos claros na execução penal.

A discussão sobre o **caráter fiscal da multa** levanta questões sobre sua aplicação. A decisão da 3ª Câmara Criminal do TJ-PR, que considera a multa uma dívida de valor sujeita a um prazo de prescrição de cinco anos conforme o [Código Tributário Nacional](#), pode influenciar futuras interpretações legais.

**Tabelas comparativas** entre as diversas interpretações dos prazos de prescrição podem ser úteis. Por exemplo:

<b>Interpretação</b>	<b>Prazo de Prescrição</b>
Código Penal	2 anos
Código Tributário	5 anos

**Perspectivas futuras** envolvem a possibilidade de ajustes legislativos. Discutir como possíveis reformas podem impactar a aplicação da multa no contexto penal é relevante. A evolução das interpretações judiciais pode continuar a moldar a forma como essas normas são implementadas.

Desenvolvimentos futuros podem exigir mais clareza e uniformidade na aplicação das regras de prescrição, assegurando que a justiça seja efetiva e uniforme ao longo do tempo. Isso reforça a necessidade de um entendimento claro entre operadores do direito sobre os prazos e suas implicações práticas.

## **FAQ**

A prescrição da pena de multa segundo o art. 114 do Código Penal envolve o cálculo detalhado dos prazos prescricionais e os diferentes critérios usados para esta contagem. Além disso, a jurisprudência influencia significativamente como esses prazos são aplicados e ajustados, dependendo das circunstâncias de cada caso.

### **Como é calculado o prazo prescricional da pena de multa segundo o STJ e STF?**

O cálculo do prazo prescricional da pena de multa é frequentemente orientado por decisões do [STJ](#) e STF, que fornecem interpretações legais específicas. Essas decisões podem levar em conta fatores como o valor da multa e decisões anteriores.

### **Quais são os critérios para a contagem do prazo de prescrição da pena de multa?**

A contagem do prazo de prescrição da pena de multa considera o valor monetário da multa e outros aspectos legais. Por exemplo, o [Código Penal](#) estabelece que, se o valor não ultrapassar 100 vezes o salário mínimo, o prazo máximo de prescrição pode ser mais curto.

### **Em que circunstâncias o prazo**

## **prescricional da pena de multa pode ser interrompido ou suspenso?**

O prazo prescricional da pena de multa pode ser interrompido ou suspenso por várias razões, como o reconhecimento de recursos legais ou a negociação de penas alternativas. Esses fatores são cruciais na determinação de quando o prazo prescricional deve recomeçar ou ser pausado.

## **Qual é a influência da jurisprudência na aplicação do art. 114 do Código Penal no que tange à prescrição da pena de multa?**

A jurisprudência desempenha um papel vital na aplicação do art. 114, definindo precedentes importantes sobre como as leis são interpretadas e aplicadas. As decisões judiciais moldam a compreensão e a execução das regras de prescrição.

## **Quais são os marcos iniciais comuns para a contagem do prazo de prescrição da pena de multa no Direito Penal Brasileiro?**

Os marcos iniciais comuns incluem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. É a partir deste momento que o prazo começa a ser contado, sendo fundamental no cronograma para a execução das sanções pecuniárias.

## **Quantos tipos de prescrição são reconhecidos pelo ordenamento jurídico penal brasileiro e quais suas características?**

O ordenamento jurídico penal brasileiro reconhece mais de um tipo de prescrição, como a prescrição da pretensão punitiva e a prescrição da pretensão executória. Cada tipo tem suas

próprias características e condições que determinam sua aplicação. Essas prescrições são regidas por normas específicas e se aplicam a contextos distintos.